

POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCATIVAS

FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES EM PERSPECTIVA

ANA PATRÍCIA LIMA SAMPAIO
KEILA MARIA DE ALENCAR BASTOS ANDRADE
NEIVA ÉDREA DE ALENCAR BASTOS VALENTE
ZIZA SILVA PINHO WOODCOCK
ORG.



Ana Patrícia Lima Sampaio
Keila Maria de Alencar Bastos Andrade
Neiva Édrea de Alencar Bastos Valente
Ziza Silva Pinho Woodcock
Organizadoras

**Políticas Públicas Educativas:
formação continuada de professores
em perspectiva**



Pantanal Editora

2022

Copyright© Pantanal Editora

Editor Chefe: Prof. Dr. Alan Mario Zuffo

Editores Executivos: Prof. Dr. Jorge González Aguilera e Prof. Dr. Bruno Rodrigues de Oliveira

Diagramação: A editora. **Diagramação e Arte:** A editora. **Imagens de capa e contracapa:** Canva.com. **Revisão:** O(s) autor(es), organizador(es) e a editora.

Conselho Editorial

Grau acadêmico e Nome

Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos
Profª. Msc. Adriana Flávia Neu
Profª. Dra. Allys Ferrer Dubois
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior
Profª. Msc. Aris Verdecia Peña
Profª. Arisleidis Chapman Verdecia
Prof. Dr. Arinaldo Pereira da Silva
Prof. Dr. Bruno Gomes de Araújo
Prof. Dr. Caio Cesar Enside de Abreu
Prof. Dr. Carlos Nick
Prof. Dr. Claudio Silveira Maia
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos
Prof. Dr. Cristiano Pereira da Silva
Profª. Ma. Dayse Rodrigues dos Santos
Prof. Msc. David Chacon Alvarez
Prof. Dr. Denis Silva Nogueira
Profª. Dra. Denise Silva Nogueira
Profª. Dra. Dennyura Oliveira Galvão
Prof. Dr. Elias Rocha Gonçalves
Prof. Me. Ernane Rosa Martins
Prof. Dr. Fábio Steiner
Prof. Dr. Fabiano dos Santos Souza
Prof. Dr. Gabriel Andres Tafur Gomez
Prof. Dr. Hebert Hernán Soto Gonzáles
Prof. Dr. Hudson do Vale de Oliveira
Prof. Msc. Javier Revilla Armesto
Prof. Msc. João Camilo Sevilla
Prof. Dr. José Luis Soto Gonzales
Prof. Dr. Julio Cezar Uzinski
Prof. Msc. Lucas R. Oliveira
Profª. Dra. Keyla Christina Almeida Portela
Prof. Dr. Leandro Argentel-Martínez
Profª. Msc. Lidiene Jaqueline de Souza Costa Marchesan
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann
Prof. Msc. Marcos Pisarski Júnior
Prof. Dr. Marcos Pereira dos Santos
Prof. Dr. Mario Rodrigo Esparza Mantilla
Profª. Msc. Mary Jose Almeida Pereira
Profª. Msc. Núbia Flávia Oliveira Mendes
Profª. Msc. Nila Luciana Vilhena Madureira
Profª. Dra. Patrícia Maurer
Profª. Msc. Queila Pahim da Silva
Prof. Dr. Rafael Chapman Auty
Prof. Dr. Rafael Felipe Ratke
Prof. Dr. Raphael Reis da Silva
Prof. Dr. Renato Jaqueto Goes
Prof. Dr. Ricardo Alves de Araújo (*In Memoriam*)
Profª. Dra. Sylvana Karla da Silva de Lemos Santos
Msc. Tayronne de Almeida Rodrigues
Prof. Dr. Wéverson Lima Fonseca
Prof. Msc. Wesclen Vilar Nogueira
Profª. Dra. Yilan Fung Boix
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme

Instituição

OAB/PB
Mun. Faxinal Soturno e Tupanciretã
UO (Cuba)
IF SUDESTE MG
Facultad de Medicina (Cuba)
ISCM (Cuba)
UFESSPA
UEA
UNEMAT
UFV
AJES
UFGD
UEMS
IFPA
UNICENTRO
IFMT
UFMG
URCA
ISEPAM-FAETEC
IFG
UEMS
UFF
(Colômbia)
UNAM (Peru)
IFRR
UCG (México)
Mun. Rio de Janeiro
UNMSM (Peru)
UFMT
Mun. de Chap. do Sul
IFPR
Tec-NM (México)
Consultório em Santa Maria
UFJF
UEG
FAQ
UNAM (Peru)
SEDUC/PA
IFB
IFPA
UNIPAMPA
IFB
UO (Cuba)
UFMS
UFPI
UFG
UEMA
IFB

UFPI
FURG
UO (Cuba)
UFT

Conselho Técnico Científico

- Esp. Joacir Mário Zuffo Júnior
- Esp. Maurício Amormino Júnior
- Lda. Rosalina Eufrausino Lustosa Zuffo

Ficha Catalográfica

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

P769 Políticas Públicas Educativas [livro eletrônico]: formação continuada de professores em perspectiva / Organizadoras Ana Patrícia Lima Sampaio. [et al.]. – Nova Xavantina, MT: Pantanal, 2022.
111 p.: il.; 14 x 21 cm

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

ISBN 978-65-81460-35-8

DOI <https://doi.org/10.46420/9786581460358>

1. Educação – Metodologia. 2. Professores – Formação. 3. Políticas educacionais. I. Sampaio, Ana Patrícia Lima. II. Andrade, Keila Maria de Alencar Bastos. III. Valente, Neiva Édrea de Alencar Bastos. IV. Woodcock, Ziza Silva Pinho.

CDD 371.72

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422



Nossos e-books são de acesso público e gratuito e seu download e compartilhamento são permitidos, mas solicitamos que sejam dados os devidos créditos à Pantanal Editora e também aos organizadores e autores. Entretanto, não é permitida a utilização dos e-books para fins comerciais, exceto com autorização expressa dos autores com a concordância da Pantanal Editora.

Pantanal Editora

Rua Abaete, 83, Sala B, Centro. CEP: 78690-000.
Nova Xavantina – Mato Grosso – Brasil.
Telefone (66) 99682-4165 (Whatsapp).
<https://www.editorapantanal.com.br>
contato@editorapantanal.com.br

Prefácio

O livro **“Políticas Públicas Educativas: formação continuada de professores em perspectiva”**, organizado a partir de artigos produzidos por pesquisadores que se dedicam aos estudos das Políticas Educacionais, em especial àquelas que traduzem o processo formativo de professores e professoras da educação básica, possibilitando aos leitores uma reflexão acerca de tais políticas buscando nos apresentar a condição atual e histórico da formação de professores. Buscando evidenciar, em seus textos o papel e a relevância das tecnologias da informação e comunicação como ferramentas de inovação, intervenção e pedagógica, os autores destacam os elementos conceituais e metodológicos do processo educativo: o ensinar e o aprender, a partir da mediação tecnológica no viés da construção de novos conhecimentos. Essas reflexões são evidentes nos capítulos que seguem:

Capítulo 1 – POLÍTICAS EDUCATIVAS NO BRASIL NA ÚLTIMA DÉCADA DO SÉCULO XX: a formação de professores dos anos iniciais do ensino fundamental – neste capítulo a autora nos convida a discorrer e refletir um pouco sobre um desdobramento das políticas educativas estabelecidas para a educação básica no Brasil, mais especificamente sobre as políticas educativas estabelecidas para a formação de professores dos anos iniciais do ensino fundamental nas últimas décadas do século XX voltando um pequeno olhar para a reforma educativa ocorrida na América Latina no mesmo período. Ainda que de forma geral e não muito aprofundada da temática em questão. O texto nos convida a refletir sobre o papel das políticas educacionais que orientam as ações de formação dos docentes que atuam no ensino fundamental.

No capítulo 2 - EDUCAÇÃO E NOVAS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO: alfabetização midiática e educomunicação na formação docente - as autoras refletem a partir de ideias e conceitos acerca das tecnologias da informação e comunicação, novas formas de buscar o conhecimento e de pensar a educação, enfatizando a importância dessa busca como meio de compreender o diálogo que precisa se estabelecer entre a educação e a construção do conhecimento por meio dessas ferramentas.

Capítulo 3 – TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NA EDUCAÇÃO ESCOLAR: um pequeno olhar na formação docente – trata da necessária integração das novas tecnologias da informação e da comunicação ao processo da educação escolar. Isto só é possível graças ao olhar para a formação de professores como um fator importante e necessário para o desenvolvimento favorável do processo de ensino e de aprendizagem dos estudantes. Tais reflexões se ancoram, sobretudo, no contexto pandêmico.

Capítulo 4 – A FORMAÇÃO DOCENTE PARA O ATENDIMENTO EDUCACIONAL DE ALUNOS SURDOS NA MODALIDADE DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – O texto produzido pela autora teve como orientação a pesquisa bibliográfica e a questão em torno da prática pedagógica dos professores de Biologia na Escola de Educação de Jovens e Adultos – CEJA Professor Agenor Ferreira Lima, de Manaus, Amazonas, refletindo a seguinte questão: essa prática

corresponde às necessidades específicas de atendimento aos alunos com deficiência auditiva segundo o que se espera da educação inclusiva? Objetivando com isso conhecer os limites e possibilidades de ação desses professores no que se refere à proposta do ensino inclusivo no atendimento a alunos surdos que integram as turmas da modalidade Educação de Jovens e Adultos no referido estabelecimento educacional. Aponta para a formação docente como necessária e indispensável para desenvolver tanto capacidades e habilidades essenciais para o trabalho docente com a demanda em questão, como também aponta para o desenvolvimento do senso crítico e reflexivo da própria prática pedagógica.

CAPÍTULO 5 – A PSICOMOTRICIDADE COMO ALVO DA INTERVENÇÃO PSICOPEDAGÓGICA EM ALUNOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL – desenvolvido a partir da pesquisa de campo com vivências com alunos atendidos no Centro de Apoio de Educação Especial – CAESP situado na Escola Estadual de Atendimento Específico Mayara Redman Abdel Aziz, na gestão da Secretaria de Estado de Educação e Qualidade de Ensino – SEDUC na cidade de Manaus, Amazonas, o presente capítulo reforça a importância do trabalho com os jogos com esse alunado, embora os professores ainda desconheçam ou já terem esquecido a importância do trabalho psicomotor lançam mão do trabalho com os conteúdos de forma acelerada, ignorando que o ser humano possui múltiplas e complexas manifestações entre o corpo e a mente, e que clama por atenção especial e que necessita de um olhar sistêmico e multifatorial. Baseando-se nisso a autora nos provoca a olhar para o trabalho pedagógico com esses alunos, sobretudo, a partir do campo da psicomotricidade, como aquele que investiga oferece suporte para o desenvolvimento cognitivo do aluno, sem esse suporte o aluno acaba limitado em sua aprendizagem.

Dessa forma, as diferentes abordagens indicam que há sempre a necessidade de trabalhar o corpo e a mente, ou seja, que é imprescindível que a psicomotricidade evolua com base nos processos de desenvolvimento humano e, para se obter o melhor resultado possível tem-se sempre em mente as necessidades de estudos, e que um ambiente educacional favorável à criança seja o objetivo principal da inclusão educacional.

CAPÍTULO 6 – O DESENVOLVIMENTO DAS FUNÇÕES COGNITIVA E EXECUTIVA NA CRIANÇA SURDA POR MEIO DOS JOGOS - Compreender a correlação neurológica e educacional no desenvolvimento que tem sido um desafio para pesquisadores da área de medicina, psicologia e psicopedagogia e da aquisição da primeira linguagem da criança surdas através da sua primeira língua materna. O texto nos leva a uma discussão acerca do contexto educacional, mais precisamente do desconhecimento de algumas implicações no processo de aprendizagem, quando as funções cognitivas não são tomadas por base do processo de construção do conhecimento, sobretudo quando esse processo se dá com criança surda.

As ideias trazidas e discutidas neste capítulo descrevem as vivências dos estagiários do curso de Neuropsicologia, baseadas no uso da abordagem dinâmica psicoeducativa como parte do processo de formação, envolvendo o treinamento sobre o uso de jogos para desenvolvimento das funções cognitivas,

executivas e de linguagem em crianças surdas, os quais envolveram também a informação e orientação das famílias que moram em uma comunidade de Manaus e, alcançaram aos pais desses alunos. Tais atividades buscaram responder aos objetivos específicos: orientar os referidos estagiários sobre a utilização dos jogos e formas de avaliação das funções executiva e cognitiva (atenção, percepção, memória, linguagem e suas diferentes formas) na criança surda, bem como oferecer, através de palestras psicoeducativas, orientação aos moradores da referida comunidade.

Como resultado desse trabalho a autora conclui: Brincar é muito significativo para uma criança durante os primeiros anos da infância, por isso o conhecimento do desenvolvimento da criança pressupõe a atenção com a forma e possibilidades de aprendizagem a partir de estímulos derivados da atividade lúdica e jogos, oferecendo aos educadores uma base para a construção de estratégias de ensino, e isso é particularmente importante no caso de alunos com deficiência auditiva, desde que o professor receba formação adequada e seja consciente do seu papel nesse processo.

Capítulo 7 – JOGO DE TABULEIRO COMO METODOLOGIA DO ENSINO E APRENDIZAGEM DA ANÁLISE COMBINATÓRIA – neste capítulo as autoras partem de uma pesquisa-ação para escrever e propor estratégias que destacam o papel dos jogos no ensino da Matemática como uma alternativa metodológica no ensino da matemática no espaço da sala de aula. Isto porque o trabalho pedagógico na matemática se apresenta como um grande desafio para o ato educativo. Daí que adotar estratégias de jogos, em especial os de tabuleiro, no ensino dos conteúdos da matemática, possibilita uma melhor compreensão do conteúdo dos objetos de conhecimentos, desenvolvendo habilidades e competências que são tão importantes para interação do educando com o objeto em estudo, propiciando ainda a ligação da teoria com a prática.

Capítulo 8 – EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TECNOLÓGICA: o caso do IFRR/CBVZO – é possível refletir no texto sobre as experiências escolares como elementos que contribuirão para a formação escolar e profissional do estudante, destacando, no caso atual, a importância dos institutos federais para a formação de profissionais cidadãos e humanísticos. Pelo menos, geralmente, deveria ser em sua essência essa sua função social. Ao fazer isso, a autora procura focar no *lôcus* da pesquisa que foi no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima - IFRR, com ênfase no *campus* Boa Vista Zona Oeste – CBVZO, localizado no bairro Laura Moreira, na região de maior vulnerabilidade social da capital do estado de Roraima. Assim, como resultado dessa pesquisa a autora aponta para necessidade em tratar a Educação Profissional e Tecnológica como mecanismo de reflexão sobre diversos determinantes que há desde o seu surgimento, sejam eles históricos, teóricos, etimológicos e ontológicos, pois não se restringe somente a educação, mas aos elementos que transcendem às práticas educacionais e permeiam o cotidiano do ser humano e os fatos por ele criados e, faz-se ao pesquisador ou ao profissional da educação compreender a dimensão do trabalho no próprio processo educativo.

Capítulo 9 – UM ROTEIRO DE VIAGEM PELO MUNDO DO CONHECIMENTO: a busca da verdade para além da razão – a autora nos convida a fazer uma viagem nos escritos dela que

traduzem o roteiro de uma longa e significativa viagem. Nessa viagem pelo mundo conhecimento como assim denomina seu destino, questiona: o que é o conhecimento o que é conhecer? No afã de encontrar respostas para tais questões, os componentes curriculares de História, Arte, Filosofia e Epistemologia são as bagagens principais nessa viagem. Embora essa jornada tenha sido desafiadora, a autora declara ter vivido experiências diversas como profissional e como pessoa. Na chegada do barco, relato de fé e a certeza de que outras viagens serão necessárias para a continuidade da busca por novos conhecimentos no mundo do Eu e do Outro e, sobretudo, no contexto da arte e da ciência. Isto porque a tomada de consciência da incompletude é factual diante da complexidade, heterogeneidade do mundo e da vida e “lo que brotará de estas andanzas será un pensamiento cuyo fin no sea distanciarse del mundo, sino celebrarlo para habitarlo”, (re)descobri-lo.

Esperamos que os textos que compõem este livro contribuam para provocar reflexão em torno da temática da formação continuada de professores como perspectivas inerentes às Políticas Públicas Educacionais e, com isso. Possibilitar a percepção, apreensão e compreensão dos objetos em estudos. Pois, sem isso, o ato de ensinar e aprender- binômio que caracteriza o processo educativo será nulo e sem significado para vida dos estudantes que estão em busca de novos conhecimentos. Dificultando, portanto, a socialização dos múltiplos saberes produzidos pela sociedade ao longo de sua história.

Manaus, maio de 2022

Profa. Mestre Regina Marieta Teixeira Chagas

Sumário

Prefácio	4
Capítulo 1	9
Políticas educativas no Brasil na última década do Século XX: a formação de professores dos anos iniciais do ensino fundamental	9
Capítulo 2	19
Educação e novas tecnologias da informação e comunicação: alfabetização midiática e educomunicação na formação docente	19
Capítulo 3	28
Tecnologias da informação e comunicação na educação escolar: um pequeno olhar na formação docente.....	28
Capítulo 4	40
A formação docente para o atendimento educacional de alunos surdos na modalidade da Educação de Jovens e Adultos.....	40
Capítulo 5	54
A psicomotricidade como alvo da intervenção psicopedagógica em alunos com deficiência intelectual	54
Capítulo 6	70
O desenvolvimento das funções cognitiva e executiva na criança surda por meio dos jogos	70
Capítulo 7	78
Jogo de tabuleiro como metodologia do ensino e aprendizagem da análise combinatória	78
Capítulo 8	86
Educação profissional tecnológica: o caso do IFRR/CBVZO	86
Capítulo 9	96
Um roteiro de viagem pelo mundo do conhecimento: a busca da verdade para além da razão.....	96
Índice Remissivo	109
Autoras/organizadoras	110

Educação profissional tecnológica: o caso do IFRR/CBVZO

 10.46420/9786581460358cap8

Denilson Rafael Pereira da Silva
Ana Patrícia Lima Sampaio 

INTRODUÇÃO

A educação profissional e tecnológica surgiu com intuito de atender demandas advindas da relação vindoura do campo para a cidade, sobretudo, no final do século XX. Além disso, de modo geral, é válido destacar que a transformação significativa desse modelo de educação se deu no aspecto político social no mundo.

Desse modo, pensar nesse tipo de educação é, acima de tudo, destacar as experiências escolares como elementos que contribuirão para a formação escolar e profissional do estudante, destacando, no caso atual, a importância dos institutos federais para a formação de profissionais cidadãos e humanísticos. Pelo ao menos, via de regra, deveria ser em sua essência essa sua função social.

Assim, o presente artigo foi dividido didaticamente em três momentos para facilitar a compreensão do leitor, as quais são: breve análise sobre educação profissional no Brasil, do conceito de politécnica e a resolução nº 06/2012 e, por fim, a apresentação do histórico do IFRR em Roraima, com destaque ao *campus* Boa Vista Zona Oeste – CBVZO.

MATERIAL E MÉTODOS

O presente artigo trata de uma investigação teórica acerca da educação profissional e tecnológica com base numa realidade concreta, no caso em tela representada pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima - IFRR, com ênfase no campus Boa Vista Zona Oeste – CBVZO, localizado no bairro Laura Moreira, na região de maior vulnerabilidade social da capital do estado de Roraima.

O escopo deste visa suprir uma inquietação pedagógica e social quanto ao atendimento do público mais carente, aumentando as oportunidades e ampliando o acesso à educação profissional e tecnológica pelos institutos federais. A referida escolha se justifica intuitivamente pela presença de dois campi numa capital tão pequena, como é o caso de Boa Vista, com demandas diferentes.

Assim, para realizar a pesquisa foi feito levantamento histórica da EPT, por meio da literatura presente nessa área, além de utilizarmos os documentos oficiais educacionais presentes na plataforma Nilo Peçanha, a fim de analisar os dados acadêmicos presente naquele instrumento. Vale lembrar que os dados são lançados pela coordenação de Registros Escolares daquela unidade de ensino.

Por fim, é importante destacar que aquela unidade ofertou e oferta diversos cursos desde formação inicial e continuada – FIC até técnico com ensino médio integrado e subsequente. Desse modo, destacaremos os cursos técnicos em Comércio e em Serviços Públicos integrados ao ensino médio. Portanto, não entraram na pesquisa os dados dos cursos na forma subsequentes e nem, tão pouco, dos cursos de formação inicial e continuada – FIC.

MUDANÇAS NO CONTEXTO DA POLÍTICA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL BRASILEIRA

É notório que para tratar dessa temática localmente devemos nos situar quanto ao surgimento da educação profissional e tecnológica no Brasil (EPT) e os desdobramentos que se deram a partir da sua implantação até ao surgimento dos Institutos Federais em 2008. Entretanto, a pretensão aqui não estabelecer um debate exaustivo e, nem tão pouco, apontar todo o histórico dessa política educacional. Na verdade, buscaremos apenas demonstrar, em linhas gerais, o surgimento da EPT brasileira.

Essa mudança para educação profissional e tecnológica não ocorreu de modo repentino e muito menos sem pretensões claras quanto às questões ideológicas para a política educacional e postura do estado brasileiro. Toda mudança tem seu reflexo, inclusive de natureza global.

Assim, pensar a educação profissional e tecnológica no Brasil perpassa pela análise de uma mudança global, que trouxe consigo transformações significativas de ordem política, econômica e social.

Grosso modo, as mudanças mais enfáticas estão ligadas ao “processo de globalização [que] criou uma espécie de vizinhança global entre as sociedades, tendo como marco a crise das instituições” (Filho; Fuk, 2017).

Logo é importante destacar que no caso brasileiro, temos como divisor de água o surgimento da república se deu em berço de ideias positivistas, que levaram em consideração a nova condição da mão de obra livre. Tratava-se de uma consciência didática da intelectualidade de classe média.

Desse modo, a educação passou a ser vista como instrumento de transformação da sociedade industrial com a profissionalização dos jovens da classe operária, que careciam de recursos financeiros (Santos; Marchesan, 2007). Assim, a educação profissional surge com base na corrente filosófica positivista.

Em outras palavras tem como característica marcante o cientificismo, desenvolvimento científico e técnico, em que o trabalho produtivo segue a dinâmica industrial do século XX.

No ano de 1909, Nilo Peçanha, enquanto presidente da república cria 19 escolas de aprendizes de Artífices, como marco histórico da trajetória da educação profissional e tecnológica no Brasil.

No campo educacional brasileiro ocorre uma transformação na concepção pedagógica em que “*buscava-se uma educação capaz de engendrar novos valores nas crianças e nos jovens, não só para prepará-los, mas, sobretudo, para criar condições culturais de inserção do Brasil no mundo globalizante nascente*” (Filho; Fuk, 2017).

Para esse movimento destacamos como importante o que se denominou de Escola Nova. Esta se apresentou com ideal liberal, além do estabelecer o ensino laico voltado para o espírito científico industrial.

Assim, fica claro o divisor de água quanto ao ensino num dilema evidente entre o ensino moral e religioso colonial, dito tradicional, *versus* o ensino individualista, racional e materialista.

Diante disso, considera-se que a situação brasileira refletia a situação da crise societária em escala global, ou seja, crise da modernidade de uma sociedade centrada na racionalidade.

Os projetos pedagógicos das primeiras escolas profissionalizantes tinham um perfil pedagógico tecnicista preocupado com a questão produtiva, a fim de atender o mercado de trabalho, ou seja, não havia uma educação voltada para o estudante e tão pouco na formação cidadã.

Politecnia como dimensão da EPT

O objetivo desse tópico é expressar o tratamento dado à Politecnia como uma das dimensões que sustentam a Educação Profissional e Tecnológica. Assim, utilizaremos como elementos norteadores os textos de Saviani (2003) sobre o choque teórico da politécnica e o de Nosella (2007) sobre “Trabalho e perspectivas de formação dos trabalhadores: para além da formação politécnica”.

É bem clara a relação nesse contexto de estudo sobre a relação trabalho e educação que se carrega quando se pensa as dimensões existenciais (pouco acentuada) e pedagógicas (em grande evidência).

Mas o que evidencia dessa relação é a existência da bandeira politécnica, que foi levantada hegemonicamente a partir de 1990. No entanto, vale ressaltar que Nosella (2007) faz uma crítica a esta categórica, sobretudo, de natureza semântica histórica e política.

Antes de relacionar à formação profissional, a grande preocupação é a utilização de um termo que não capta ou abrange a dimensão esperada, que vai além ou fica aquém do esperado.

A grande preocupação nesse caso é uma distinção arbitrária para uma educação dita burguesa e uma educação que contempla o universo socialista: polivalente e politécnica, respectivamente.

Quando se fala em politécnica ou se traz à tona a reflexão sobre o ensino das ciências ou um ensino pluriprofissional. Mas quanto a este último, destaca-se que a partir de 1947 a proposta burguesa desse ensino era o fornecimento à indústria de força de trabalho versátil capaz de se adaptar às várias profissões.

Mas é em Saviani (2003) que se encontra um norte mais reflexivo sobre esse modo voltado para a formação profissional crítica (modelo socialista que traz uma relação para a inserção na empregabilidade pelo Estado ou a verticalização). Os fundamentos científicos desse modelo caracterizam o processo de trabalho produtivo moderno.

Educação Profissional Tecnológica: Resolução n.º 06/12

A educação profissional tecnológica está estruturada a partir da resolução n.º 06, de 20 de setembro de 2012, que define as diretrizes curriculares nacionais para a educação profissional técnica de nível médio.

A EPT abrange os cursos de formação inicial e continuada ou de qualificação profissional, educação profissional técnica de nível médio e educação profissional, tecnológica de graduação e pós-graduação.

Quanto ao de nível médio pode ser de forma articulada e subsequente (somente para quem já concluiu o nível médio), sendo que a primeira por ser integrada ou concomitante, podendo inclusive, ser tanto integrada e concomitante quando se tratar de instituições distintas.

O exemplo disso, temos o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima, *campus* Bom Vista Zona Oeste, que oferta os cursos Técnicos de Serviços Públicos e Comércio integrados ao ensino médio, bem como subsequentes.

Quem disponibiliza os itinerários formativos é o Catálogo Nacional de Cursos do Ministério da Educação e a Classificação Brasileira de Ocupações. São ainda estes instrumentos que determinam a estrutura curricular, considerando: matriz tecnológica, núcleo politécnico comum correspondente a cada eixo tecnológico, presença de conhecimentos e habilitantes que possibilitem a formação e o desenvolvimento profissional do cidadão, entre outros.

O planejamento e a organização dos cursos devem atender as demandas socioeconômicas e ambientais dos cidadãos e do mundo do trabalho, levando em consideração a real situação de viabilidade da proposta pedagógica, entre outros.

No artigo 6º da mesma resolução existem diversos princípios norteadores dos quais podemos destacar três deles:

I - relação e articulação entre a formação desenvolvida no Ensino Médio e a preparação para o exercício das profissões técnicas, visando à formação integral do estudante; II - respeito aos valores estéticos, políticos e éticos da educação nacional, na perspectiva do desenvolvimento para a vida social e profissional; III - trabalho assumido como princípio educativo, tendo sua integração com a ciência, a tecnologia e a cultura como base da proposta político-pedagógica e do desenvolvimento curricular (BRASIL, 2012).

Vale ressaltar ainda a duração dos cursos, que devem ter carga horária mínima de acordo com o catálogo anteriormente mencionado, variando de 3.000h a 3.200h, dependendo da forma, quando se tratar de curso técnico de ensino médio.

Já os cursos ETP, articulada com ensino médio/EJA, devem ter carga horária mínima de 2.400 horas. Não podendo esquecer a peculiaridade do PROEJA.

Outro ponto que merece atenção é a necessidade de pensar a avaliação nos cursos ETP. Os sistemas de ensino devem ter diretrizes para estabelecer essa avaliação, a fim garantir metodologicamente a progressão e certificação do estudante.

Além disso, podem ser levados em consideração os aproveitamentos de experiências, de acordo com a qualificação ou habilitação profissional.

Por fim, a formação docente, de acordo com o artigo 40, “a formação inicial para a docência na Educação Profissional Técnica de Nível Médio realiza-se em cursos de graduação e programas de licenciatura ou outras formas, em consonância com a legislação e com normas específicas definidas pelo Conselho Nacional de Educação”.

Os Institutos Federais e o IF no Norte do Brasil

Em se tratando de educação profissional, o Brasil voltou seus esforços para esse perfil educacional não só por entender a necessidade de políticas públicas para jovens, demonstrando preocupação clara com a qualificação profissional, mas também para atender o mercado de trabalho. No entanto, viu-se uma mudança na visão tecnicista para uma formação cidadã e humanista dentro desse tipo de educação, ao longo dos anos, sobretudo, com a lei de criação dos institutos federais.

Apesar do salto histórico, o que importante para os fins deste artigo é que o ano de 2008 foi significativo para a EPT, pois foi instituída a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica – IF’s, integrando as Escolas Agrotécnicas, Escolas Técnicas Federais e Centros Federais de Educação Tecnológicas por meio da lei n.º 11.892/2008.

De acordo com essa lei (Brasil, 2008), foram criados 38 Institutos Federais de educação, Ciência e Tecnologia no Brasil, incluindo o Instituto Federal do Estado de Roraima – IFRR.

Atualmente Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima – IFRR é composto por 5 *campi*: a) Amajari, localizado no município com o mesmo nome, b) Boa Vista, localizado no bairro Pricumã, na capital do estado c) Boa Vista Zona Oeste, localizado no bairro Laura Moreira, capital do estado d) avançado do Bonfim, localizado no município do mesmo nome e e) Novo Paraíso, localizado no município de Caracará.

Vale destacar que antes do Instituto Federal de Roraima chegar a esse patamar, digo no sentido de estruturação física própria, necessitou de apoio e parceria como, por exemplo, cessão de espaço para

funcionamento. O fato que hoje possui uma estrutura física enorme presente em 3 (três) municípios, já que no caso do *campus* avançado de Bonfim, ainda não há essa estrutura.

Quanto à capital do Estado de Roraima, como já foi mencionado, há dois *campi* localizados na zona oeste, que são: Boa Vista e Boa Vista Zona Oeste, sendo que o primeiro atende a maior demanda, sobretudo, das áreas centrais da capital e o segundo atende um público dos bairros mais periféricos geograficamente.

No próximo tópico discorreremos sobre este último *campus*, a fim de compreender a necessidade de dois *campi* na capital com perfis totalmente diferentes quanto à oferta e demanda.

Campus Boa Vista Zona Oeste

O *campus* Boa Vista Zona Oeste, também conhecido como CBVZO, foi criado e implantado antes mesmo de existir estrutura física própria. Por conta disso, passou a utilizar as parcerias para poder atender sua demanda.

Aquela unidade de ensino passou a funcionar em três lugares distintos: setores administrativos na sede da reitoria do IFRR, parte acadêmica inicialmente na escola militarizada Elza de Carvalho Breve e, posteriormente, nas dependências físicas do campus Boas Vista.

A intencionalidade da implantação desse novo *campus* foi atender uma demanda com maior vulnerabilidade social e econômica, desse modo, a escolha do bairro Laura Moreira foi impactar a realidade concreta na contramão da criminalidade e violência urbana, a fim de diminuir as desigualdades sociais, além de promover a cidadania e inserir seus egressos no processo produtivo da capital.

Atender as famílias de baixa renda possibilita, acima de tudo, a presença do Estado ou da oferta mínima dos serviços públicos próximos à localidade das suas residências, além de forçar que novos bens de consumo coletivo sejam demandas (iluminação, pavimentação, segurança pública), sobretudo o acesso à oferta de vagas de estudos e a democratização da educação, que no caso em tela, trata-se da educação profissional e tecnológica - EPT.

Outro aspecto que chama bastante atenção da presença dessa unidade é a forma de ingresso. De acordo com a organização didática, ou seja, a resolução nº 338, de 1 de fevereiro de 2018, em seu capítulo IV, do ingresso e matrícula, o IFRR poderá utilizar as seguintes modalidades:

I -Exame vestibular; II- Prova de seleção; III- Sorteio; IV- Análise curricular; V- Sistema de seleção Unificado do Ministério da Educação; VI- Reintegração; VII- Transferência interna; VIII- Transferência intercâmpis; IX- Transferência externa; X- Portador de diploma; XI- Intercâmbios/convênios (IFRR, 2018).

Diante disso, na capital vemos a presença majoritária de modalidades de acesso diferentes. Enquanto que no *campus* Boa Vista a forma de acesso, na maioria dos editais, dar-se por processo seletivo de provas, o CBVZO se utiliza do ingresso por sorteio ou seleção de notas do ensino fundamental (análise curricular).

Isso demonstra que a unidade em tela busca atingir seu objetivo desde sua modalidade de ingresso, que terá um impacto positivo muito maior pela comunidade circundante.

O CBVZO quando ofertou pela primeira vez os cursos técnicos em Comércio e Serviços Públicos integrados ao ensino médio com turmas para 2016, ingressaram 188 alunos. Abaixo segue a situação acadêmica dos alunos egressos (102 estudantes ou 54%), pois concluíram em 2018, ou dos alunos retidos por ficarem reprovados em algum módulo dos cursos (15 estudantes ou 8%).

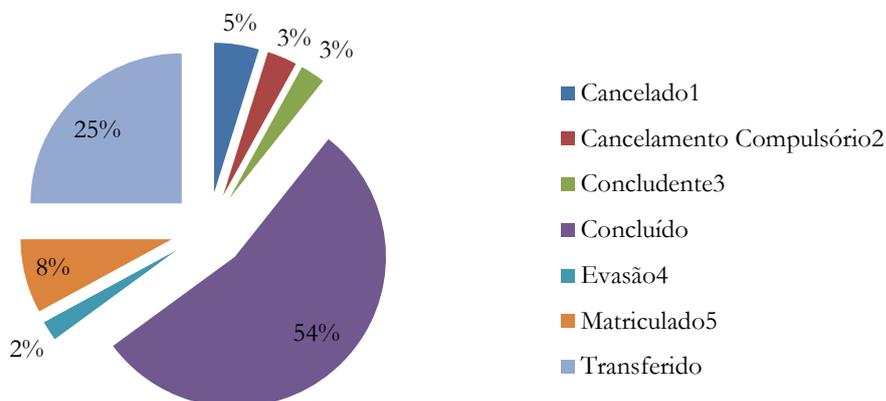
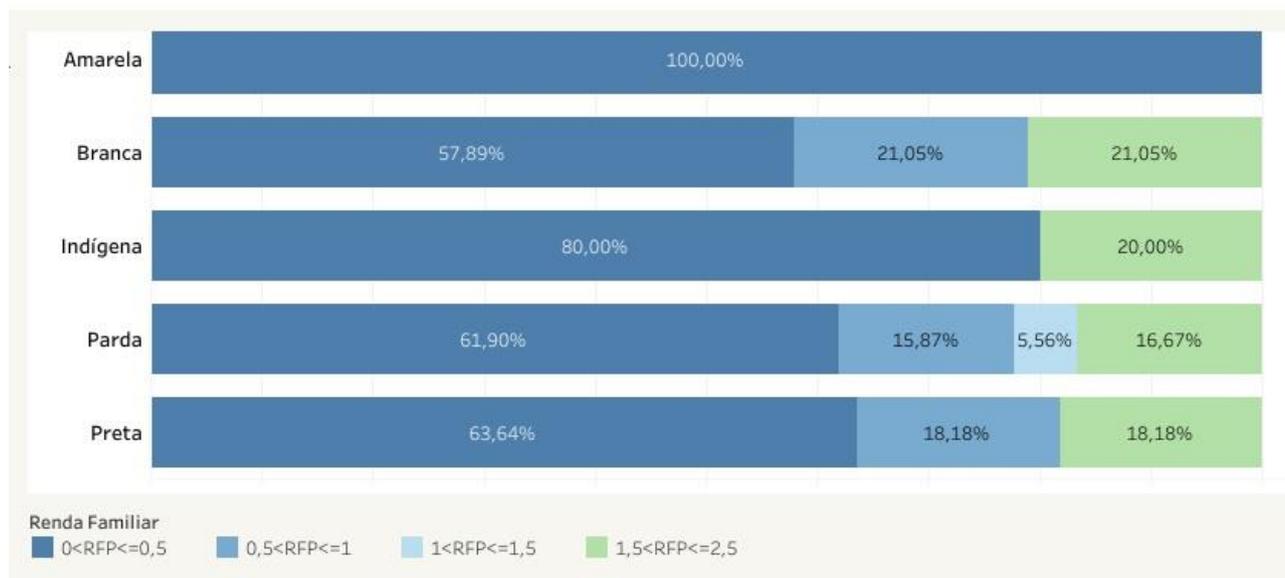


Gráfico 1. Situação acadêmica do número de alunos. Fonte: CORES, 2019. ¹Ocorre quando o aluno cancela a matrícula voluntariamente, pelo motivo que vai estudar no CBV ou pela distância. ²Ocorre quando o aluno não comparece nos 10 primeiros dias letivos. Sua matrícula é cancelada conforme artigo 137, inciso III, da Organização Didática do IFRR. ³Já concluíram todas as disciplinas, falta somente o estágio curricular obrigatório. ⁴Ocorre quando o aluno abandona o curso ou não realiza a renovação de matrícula. ⁵Estudantes retidos.

De acordo com a Plataforma Nilo Peçanha¹ (2018), com base no ano de 2017, os alunos ingressantes, no período de 2016, nos cursos técnicos integrados ao ensino médio, têm os seguintes perfis, conforme tabela abaixo:

¹ Os dados da Plataforma Nilo Peçanha sistematiza as informações da Rede Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, disponível em: <https://www.plataformanilopecanha.org/>.

Tabela 1. Cursos técnicos integrados ao ensino médio. Fonte: Plataforma Nilo Peçanha.



De acordo com a tabela acima, mais de 50% dos alunos das turmas que ingressaram nos cursos técnicos integrados ao ensino médio no ano de 2016 tem renda *per capita* familiar entre zero a meio salário mínimo, confirmando a vulnerabilidade social destes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando se passa a pensar a educação como todo, percebe-se que não se trata apenas da crítica ao ensino tradicional, mas das diversas possibilidades de se compartilhar e construir um conhecimento sólido e maduro.

Os instrumentos possíveis disponíveis a nós, profissionais da educação, nos ajudarão a atingir o objetivo dos processos formativos, além de refletir a maturação no ensino-aprendizado das crianças, jovens e adultos que se submetem a eles, sobretudo quando pensamos a EPT.

Assim, tratar sobre a Educação Profissional e Tecnológica nos permite refletir sobre diversos determinantes que há desde o seu surgimento, sejam eles históricos, teóricos, etimológicos e ontológicos, pois não se restringe somente a educação, mas aos elementos que transcendem às práticas educacionais e permeiam o cotidiano do ser humano e os fatos por ele criados.

Considera-se que pensar a categoria trabalho, por exemplo, faz-se ao pesquisador ou ao profissional da educação a necessária digressão da constituição do próprio homem, enquanto ser humano e ser social, que compõe sua forma de pensar, agir e produzir sua existência e não apenas do processo produtivo *per se*. Daí sim, podemos compreender a dimensão do trabalho no próprio processo educativo.

É a partir desse modo que passamos a pensar o trabalho com elo significativo para a educação. Vemos a produção da realidade por meio da representação do real que se dá somente através do pensamento. Digo pensamento o sentido mais amplo do ser cognoscente, portanto, racional.

Assim, da Rede dos Institutos Federais, resultado de um processo histórico social e político, trazem em seu corpo de ideia a noção de ciência. Esta, de modo sistemático e metodológico, traduz tanto a leitura do real quanto da realidade, por meio conceitual teórico prático das nossas abstrações.

Desse modo, destacamos a ciência moderna e a revolução industrial como fruto das mudanças na configuração do modelo societário, demonstrando, acima de tudo, as “novas necessidades” da sociedade, mesmo que sejam elas ideológicas.

O ensino técnico profissional é visto de modo mais amplo para atender demandas específicas e circunstâncias peculiares da realidade social. Por esse motivo, a preocupação elementar do entendimento da politécnica, em seus múltiplos determinantes, permite reflexões das mais diversas.

Quando elencamos o trabalho como princípio educativo para a formação técnico profissional, pensamos tanto na formação básica (Base Nacional Comum) quanto na específica (disciplinas Técnicas), que traz sentido à força produtiva (mercado de trabalho) com técnicas e procedimentos a partir da compreensão da formação básica e humanística de conhecimento científico que dá autonomia e consciência na dinâmica da sociedade para uma formação cidadã.

Portanto, não há separação da teoria e prática profissional quando passamos a analisar a realidade concreta. Assim, destacamos a presença do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima, *campus* Boa Vista Zona Oeste, nas áreas de vulnerabilidade social da capital do Estado de Roraima e as possíveis transformações que esta pode fazer não diretamente à força produtiva, mas na forma de se pensar o próprio processo produtivo e a dinâmica da sociedade.

Ao se voltar os olhos críticos para a escola politécnica ver-se a base marxista e gramsciana, voltada para o cidadão politizado, opondo-se, sobretudo, à visão da sociedade capitalista, numa livre relação que há entre o trabalho manual e intelectual. Por isso, ao se pensar no projeto político pedagógico – PPP, os profissionais da educação devem dar ênfase na humanização como um dos elementos mais essencial para se pensar a educação profissional.

REFERÊNCIAS

- Brasil (2007). Educação profissional técnica de nível médio integrada ao ensino médio. Brasília.
- Brasil (2008). Lei. 11.892, de 29 de dezembro de 2008.
- Brasil (2012). Resolução n.º 06, de 20 de setembro de 2012.
- Ferrari M (2015). A internacionalização dos Institutos Federais: um estudo sobre o acordo Brasil-Canadá. Educação Sociedade, Campinas, 36(133): 1003-1019.

- Filho FSA, Juk J (2017). A política de implantação da educação profissional brasileira: educação, ideologia e realidade. Formação de professores: contextos, sentidos e práticas. EDUCERE. 3095-3110.
- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia De Roraima (2018). Conselho Superior. Organização didática. Resolução nº 338, 1 de fevereiro de 2018.
- Nosella P (2007). Trabalho e perspectivas de formação dos trabalhadores. Revista Brasileira de Educação 12(34).
- Santos GS, Marchesan MTN (2017). Educação profissional e tecnológica (EPT) no Brasil e seus docentes: trajetos e desafios. Linguagens - Revista de Letras, Artes e Comunicação, [S.l.], 11(1): 357-374.
- Saviani D (2003). O choque teórico da Politecnia. Trabalho, Educação e Saúde, 1(1):131-152.

Índice Remissivo

C

CAESP, 54, 55, 61, 62, 63, 64, 66, 67, 69
conhecimento, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102,
103, 104, 105, 106

E

Educação Profissional, 87, 88, 89, 90, 93
experiência, 96, 101, 105, 106
extra-ordinário, 100, 104, 106

I

inobservável, 96, 99, 102, 105
Instituto Federal, 86, 89, 90, 91, 94

J

Jogos matemáticos, 78

M

Media Literacy, 21

P

Plataforma Nilo Peçanha, 92, 93
Politecnia, 88
Psicomotricidade, 55, 63, 68
Psicopedagogia, 55, 63

V

visível, 96, 97

Autoras/organizadoras



  **Ana Patrícia Lima Sampaio**

Licenciada em Matemática pelo Centro Universitário do Norte (UNINORTE). Ma. em Ciências da Educação - área Tecnologia Educativa pela Universidade do Minho, Braga - PT. Doutoranda em Ciências da Educação pela Universidade Nacional de Rosário (UNR) - Argentina. Professora da Secretaria de Estado de Educação e Qualidade de Ensino do Amazonas (SEDUC). Tem vários trabalhos publicados na área de Tecnologia Educativa, Ensino a Distância, Matemática, Biologia e Química. E-mail: sampaioanapatricia@gmail.com



  **Keila Maria de Alencar Bastos Andrade**

Licenciada em Educação Artística pela Universidade do Amazonas (UFAM). Bela. em Ciências Sociais pela Universidade do Amazonas (UFAM). Especialista em Arte Multimídia, Gestão Escolar e Docência do Ensino Superior. Ma. em Gestão de Auditoria Ambiental pela Universidade de León. Doutoranda em Ciências da Educação pela Universidade Nacional de Rosário (UNR) – Argentina. Professora-formadora da Secretaria de Estado de Educação do Amazonas. Tem trabalhos publicados na área da Educação, na linha da formação docente e Arte. E-mail: kmbandrade@gmail.com



  **Neiva Édrea de Alencar Bastos Valente**

Bacharel em Psicologia e Licenciada em Pedagogia pelo Centro Universitário do Norte. (UNINORTE). Estudante de Bacharel em Teologia pela Faculdade Batista de Minas Gerais (Belo Horizonte/MG). Especialista em Psicologia Clínica com Abordagem Humanista – Fenomenológica - Existencial pela Universidade de Araraquara – (UNIARA - São Paulo/SP). Doutoranda em Ciências de la Educacion pela Universidad Nacional de Rosario (UNR-Argentina/AR). Psicóloga na Secretaria de Estado de Educação e Desporto do Amazonas-SEDUC.



  **Ziza Silva Pinho Woodcock**

Graduada Bacharel em Psicologia (Ulbra - 2001) e Licenciatura em Biologia (Ifam - 2015), Pós Graduação em Psicologia Clínica da Infância e Adolescência (ESBAM - 2006), Psicopedagogia (Martha Falcão - 2008), Mestrado em Gerontologia (Universidad del Atlántico-2017), Doutoranda em Ciências da Educação (Universidad Nacional del Rosario-Argentina (UNR - 2024). Psicóloga da Secretaria de Educação e Desporto do Estado do Amazonas –SEDUC e da Secretaria de Assistência Social do Estado do Amazonas - SEAS. Atualmente atua na elaboração de Projetos para serem implementados nas escolas relacionados a saúde mental e emocional e com Grupos de Idosos no fortalecimento de vínculos. Contato: (92) 99114-0039. E-mail: ziza_woodcock@hotmail.com



Pantanal Editora

Rua Abaete, 83, Sala B, Centro. CEP: 78690-000
Nova Xavantina – Mato Grosso – Brasil
Telefone (66) 99682-4165 (Whatsapp)
<https://www.editorapantanal.com.br>
contato@editorapantanal.com.br

ABCD

